



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

MARX PAULO VARGAS DA GUIA

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CENSURA ÀS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS
NO PERÍODO DO AI-5**

Rio de Janeiro
2014

MARX PAULO VARGAS DA GUIA

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CENSURA ÀS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS
NO PERÍODO DO AI-5**

Projeto Final II apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Robson Santos Costa

Rio de Janeiro
2014

G943m G u i a , Marx Paulo Vargas da.

Memória e esquecimento na censura às publicações impressas no período do AI-5. / Marx Paulo Vargas da Guia. – 2014.

35f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientação: Prof. Robson Santos Costa.

1. Memória e esquecimento. 2. Censura. 3. Ditadura militar. I. Costa, Robson Santos. II. Título.

CDD: 981.063

MARX PAULO VARGAS DA GUIA

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CENSURA ÀS PUBLICAÇÕES IMPRESSAS NO
PERÍODO DO AI-5

Projeto Final II apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em:

Prof. Robson Santos Costa (Orientador)
Mestre em Memória Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a. Ana Maria Senna
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Antonio José Barbosa de Oliveira
Doutor em Memória Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*À Rosa Eliza, que ficou ao meu lado me incentivando
e me ajudando no processo de construção desta pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

À Deus que me deu sabedoria, capacidade e fé para que eu pudesse ter esperança das minhas conquistas e acreditar no meu futuro.

À Rosa, minha mãe, que tanto me ajudou e me motivou.

À Fátima, minha prima, que sempre teve orgulho de mim e vibra pelo meu sucesso.

Ao Professor Robson, meu orientador, por sua ajuda.

À Camila, Carisa e Lais, pelas brincadeiras, conversas e os trabalhos em grupo que sempre davam uma dor de cabeça.

À Anna Beatriz, Bruno, Mariana e Karine, pelos dias inesquecíveis no estágio.

Aos amigos, que compreenderam a minha ausência em certos momentos.

Aos amigos da Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional, por me ensinar e me amadurecer profissionalmente.

Aos professores do CBG, que compartilharam conhecimentos e experiências.

À UFRJ, por proporcionar conhecimento e memórias.

*Um livro é destruído com a intenção de aniquilar
a memória que encerra, isto é,
o patrimônio das ideias de uma cultura inteira.*

(Báez, 2006, p.24)

RESUMO

GUIA, Marx Paulo Vargas da. **Memória e esquecimento na censura às publicações impressa do AI-5**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 35f.

Essa análise tem por objetivo enfocar os conceitos de memória e compreender o processo de censura a livros e periódicos e a postura das bibliotecas e dos bibliotecários durante o regime militar, especificamente no período que vigorou o Ato Institucional nº5. A pesquisa tem por objetivo compreender e discutir o processo de censura aos livros e publicações periódicas e, observar a situação das bibliotecas e dos bibliotecários frente à imposição da censura. A palavra censura possui um significado que vai muito além de uma simples crítica ou de uma repreensão. Por ela, entende-se o exame à que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para o público em geral. A censura foi um dos instrumentos utilizados para controlar a informação, ocasionando na perda de memórias e destruição de conhecimento. Esta forma de repressão atingiu diversos canais de disseminação do conhecimento, como as publicações impressas - livros e periódicos - da época. Algumas publicações foram censuradas antes mesmo de serem publicadas. Com essas memórias suprimidas, parte do pressuposto de que a censura, ao controlar a informação, leva ao apagamento e esquecimento da memória. Pode ser constatado através desta análise que, a censura é prejudicial a produção do conhecimento. E que através dela pode-se perceber que toda essa forma de cerceamento da informação nada mais é do que a maneira de mostrar a postura político-ideológica do governo.

Palavras-chave: Censura. Memória. Regime militar. Ato Institucional nº5. Publicações impressas. Bibliotecas.

ABSTRACT

This analysis aims to focus on the concepts of memory and understand the process of censorship of books, periodicals and the position of libraries and librarians during the military regime, specifically in the period that lasted the Institutional Act No. 5. The research aims to understand and discuss the process of censorship of books and periodical publications, and observe the situation of libraries and librarians across the imposition of censorship. Censorship word has a meaning that goes far beyond a simple criticism or a reprimand. For it means the examination to which they are subjected artistic or informative work, based on moral or political criteria, to decide on whether to or not released to the general public. Censorship was one of the tools to control information, resulting in the loss of memories and knowledge of destruction. Is form of repression reached several channels of knowledge dissemination, such as print publications - books and periodicals - at the time. Some publications were censored before they are published. With these suppressed memories, assumes that censorship, to control the information leads to erasure and forgetting memory. Can be featured in through this analysis that censorship is harmful to the production of knowledge. And that through it you can realize that this form of restriction information is nothing more than a way to show the political-ideological stance of the government.

Keywords: Censorship. Memory. Military regime. Institutional Act nº. 5. Printed publications. Libraries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
2 METODOLOGIA.....	14
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR	15
4 A TRAJETÓRIA DA CENSURA NO BRASIL	18
5 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E CENSURA	22
5.1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	22
5.2 A CENSURA.....	23
5.2.1 CENSURA A LIVROS E PERIÓDICOS	26
5.2.2 CENSURA ÀS BIBLIOTECAS	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXO A – CAPAS DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES CENSURADAS	34
ANEXO B – MATÉRIA VETADA NA REVISTA VEJA.....	35

1 INTRODUÇÃO

A palavra censura possui um significado que vai muito além de uma simples crítica ou de uma repreensão. Para Rabaça e Guimarães (1995, p.120), o conceito de censura é uma:

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação [...] política de restrição da expressão pública de ideias, opiniões, sentimentos e impulsos que tem, ou se supõe terem capacidade para abalar a autoridade do governo ou a ordem social e moral que esta mesma autoridade se considera disposta a proteger (*sic*).

Por ela, entende-se o exame à que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para o público em geral.

O regime militar se valeu da censura para impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a seus interesses fosse divulgada, exercendo controle sobre todo o tipo de informação. Como enfatiza Chaffe (2009, p.7) ao dizer que, é através, principalmente dos regimes não democráticos que percebemos com maior ênfase a preocupação em dificultar o acesso à informação.

Samways (2008, p.5) fala que, a censura prévia teve início a partir da edição do Ato Institucional nº 5, onde vários veículos da imprensa sofreram a intervenção do Estado, com o envio de normas a serem seguidas.

O regime fez uso de diversos argumentos que justificassem o cerceamento da informação naquele período. Esta forma de repressão atingiu diversos canais de disseminação do conhecimento, como as publicações impressas - livros e periódicos - da época. Algumas publicações foram censuradas antes mesmo de serem publicadas. “As proibições eram feitas na maioria das vezes com a desculpa de que tais obras atentariam contra a moral e os bons costumes da sociedade brasileira, e que por isso colocava em risco a segurança nacional” (MARTINS, 2014, p.12).

Pode-se ressaltar que a censura foi um dos instrumentos utilizados para controlar a informação, ocasionando na perda de memórias e destruição de conhecimento. Como aponta Martins (2014, p.13), em todos os governos ditatoriais, a censura teve um papel marcante como período de intolerância e controle, e mais do que isso, de perda de uma grande quantidade de memórias que se perderam. Com essas memórias suprimidas, parte do pressuposto de que a censura, ao controlar a informação, leva ao apagamento e esquecimento da memória.

1.1 JUSTIFICATIVA

Estudar a relação entre a censura e as publicações do país, analisando a formação histórica e a forma em que sob a vigência do Ato Institucional nº 5, todas as publicações deveriam ter sua pauta previamente aprovada e fiscalizada e os instrumentos utilizados pela censura, para privar a sociedade de ter acesso à informações de grande importância para o desenvolvimento do conhecimento. Segundo Aquino (1999 apud SAMWAYS, 2008, p.4), neste período, a censura é exercida de forma despota e seu foco passa a ser totalmente político-ideológico.

Devemos entender de que forma a censura atuava sobre as publicações, suas características, os critérios utilizados para a execução dos vetos, como acontecia à ação censória e as relações que garantiam o regime no poder.

Não podemos deixar de abordar as perdas na memória de nossa história através do cerceamento do conhecimento. Para elucidar de forma clara o conceito de memória, Le Goff (1997, p.477) diz que, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Halbwachs (apud POLLAK, 1992, p.2) fala que, a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

A importância do tema em questão para a Biblioteconomia é de que em qualquer esfera, a censura restringe a informação, podendo não levar em conta as necessidades informacionais dos usuários. Bibliotecas e bibliotecários sofreram com a imposição do governo militar sobre seus acervos e dessa forma leva ao apagamento e esquecimento da memória. Visto que, “A ação dos regimes totalitários no processo de mutilação do saber é conhecida corrente” (CHAFFE, 2009, p.10). Durante a ditadura militar o país teve o desenvolvimento social estagnado, provocando uma alienação em termos de conhecimento que podem ser observados na sociedade atual. Como afirma Martins (2014, p.13) a, “herança de um período que será sempre lembrado como um marco de censura à liberdade de cada indivíduo, privando o homem daquilo que é inerente a ele, ou seja, a busca pelo conhecimento”.

No decorrer do levantamento bibliográfico para o desenvolvimento desta análise, pode-se constatar que existe uma gama de estudos e discussões acerca da censura, contudo, no que diz respeito aos livros, o conteúdo ainda é pequeno. A pesquisa tem por finalidade elucidar a trajetória da censura às publicações impressas no Rio de Janeiro nos anos de 1968 à 1978, período em que vigorou o AI-5.

1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados os objetivos que norteiam esta pesquisa. Os mesmos estão divididos em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é analisar a censura às publicações impressas durante o regime militar, especificamente entre os anos de 1968 à 1978, período que esteve em vigor o Ato Institucional N°5.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender e discutir o processo de censura aos livros e periódicos;
- Observar as repercussões dos vetos e a situação das bibliotecas e dos bibliotecários frente à imposição da censura;
- Perceber a relação entre memória e esquecimento no que tange à censura.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se propõe analisar a censura às publicações impressas durante o regime militar, utilizando-se uma metodologia qualitativa. Essa análise tem por objetivo enfocar os conceitos de memória e compreender o processo de censura a livros e periódicos e a postura das bibliotecas e dos bibliotecários nesse período da história.

O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (1989, p. 71), é

desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Sendo realizada com base nesse levantamento, a seleção do que é relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Godoy (1995, p.21), existem três tipos de possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a documental, estudo de caso e a etnografia. Usar-se-á como metodologia a pesquisa qualitativa documental. De acordo com Miles (1979 apud NEVES, 1996, p.3), Dados e métodos qualitativos são, por vezes, tidos como mais atrativos que os quantitativos [...] são considerados mais ricos, completos, globais, reais. Seu valor muitas vezes, parece, aos olhos do leitor, inquestionável. Desse modo, vamos analisar vasta documentação produzida no período do nosso objetivo de estudo e obras publicadas posteriormente sobre o tema, com o intuito de atingir os objetivos propostos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR

Em 1964, o presidente João Goulart é deposto pelos militares que comandaram o Brasil durante vinte e um anos com uma ditadura civil-militar (1964-1985).

“O golpe foi dado em nome da democracia supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como “democracia relativa”. Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática” (REIS FILHO, 2014, p.30).

Com ele extinguiu-se os direitos constitucionais, houve perseguições políticas, prisões aos opositores e, além disso, tudo a censura aos meios de comunicação e a indústria cultural. De acordo com Wasserman (2004 apud CHAFFE, 2009, p.17),

Com a ação golpista de 1964, estabeleceu-se um regime autoritário com o objetivo de conter o avanço das forças sociais que ameaçavam a reprodução do sistema econômico em voga e de promover condições para uma nova e prolongada expansão econômica e capitalista.

De acordo com o historiador Daniel Aarão “A ditadura mudou o Brasil entre 1964 e 1979. Economia, política, cultura e sociedade. No fim dos anos 1970, quando se anunciava o amanhã, nada mais era igual ao que havia quando “se fez escuro”, em 1964” (REIS FILHO, 2014, p.11).

O país foi governado por generais-presidentes durante todo o período da ditadura, que iniciou com o general Humberto de Alencar Castello Branco e terminando com o general João Baptista de Figueiredo.

Inicialmente, camadas da sociedade civil, em sua maioria composta pela classe média apoiaram o golpe, no entanto, foram se “desencantando” como fala Reis Filho (2014), devido a fatores como o fechamento político. A Igreja Católica também foi retirando grande parte do apoio ao governo, contudo, sempre esteve aberta ao diálogo com os governantes. Não podemos deixar de apontar, a influência dos setores internacionais, que acreditavam no avanço do comunismo e do sindicalismo. Com o apoio dos Estados Unidos na concretização do golpe Reis Filho (2014, p. 35), fala que,

Alguns setores da sociedade civil, sobretudo das classes médias que de início haviam dado apoio ao golpe, foram se desencantando com o progressivo fechamento político, associado à recessão econômica entre 1964 e 1968. Essa situação, somada às denúncias de desrespeito aos direitos humanos de opositores presos, levou a maior parte da Igreja Católica a retirar seu apoio ao regime, passando a constituir nos anos seguintes, um dos principais focos de oposição, que entretanto sempre se abriu ao diálogo com os donos do poder.

Em abril de 1964 entrou em vigor o primeiro ato institucional, no qual concedia aos militares excepcionalidade de poder, extinguiu-se por um período de dez anos os direitos

políticos das pessoas, cassação de mandatos e transformação da estrutura política do congresso. De acordo com Leitão (2011, p.161),

Com a prerrogativa de ser único, o Ato Institucional nº 1 foi originalmente oficializado sem número. Com isso, em 1964, o governo manifestou oficialmente repúdio às tendências democráticas e esquerdistas, além da repressão aos conflitos agrários e urbanos que pudessem representar risco ao poder militar. Ao todo foram 17 Atos Institucionais sancionados pelo governo militar.

Conhecido como “o ano que não terminou”, Leitão (2011, p.163), aponta que,

1968 foi uma ano emblemático, marcado por manifestações internacionais que reivindicavam um ideal utópico de liberdade, defendido por lutas armadas, rebeldias, movimentos estudantis, civis, operários, culturais. Todos esses movimentos posicionaram 1968 em um lugar único no século XX [...] Em fevereiro, tem início os movimentos e passeatas estudantis e, em março, as primeiras ações de repressão militar, que resultaram e agressões e mortes de civis.

Uma série de manifestações ocorreu em oposição ao governo que antecederam à decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5). Tendo como uma das principais, a “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968 que foi uma reação do movimento estudantil, da igreja e da coletividade civil, ao fato ocorrido que levou a morte o estudante Édson Luis durante a invasão da polícia militar ao restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. De acordo com Reis Filho (2014, p.36),

Em 1968, eles organizaram grandes manifestações de rua em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro [...] Foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves – considerado uma ofensa pelos quartéis – que deu pretexto para a edição do Ato Institucional nº 5, após a recusa dos parlamentares de conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967.

Conforme aponta Anne-Marie Smith (2000, p.35), “O momento decisivo do regime aconteceu em 13 de dezembro de 1968, com o golpe dentro do golpe”. Ele foi decisivo na forma em que, aboliu toda a “engrenagem” constitucional baseada nos dispostos da constituição de 1967, aumentou os poderes e conferiu ao exército a condição legal em aprimorar todas as medidas de repressão. Além de conceder ao presidente da república poder para fechar o Congresso Nacional, cassar parlamentares, aposentar funcionários públicos e julgar crimes políticos através de tribunais militares.

Como aponta Samways (2008, p.159),

Ao longo do período, houve momentos de intensa repressão, de controle dos meios de comunicação, das diversões públicas, aos centros de ensino superior. Com mudanças nas leis com decretos e atos, montou-se um verdadeiro aparato repressivo,

seja na segurança como na informação, mas que se completam, formando os pilares para uma “utopia autoritária”.

Em 1969, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici foi um período marcado por ser um dos mais duros e repressivos do regime. Em seu governo podemos citar o crescimento econômico e também a abertura da Transamazônica e a construção da ponte Rio-Niterói. Em 1974 o país, entra novamente em crise devido ao endividamento externo e o aumento do custo do petróleo.

No governo de Ernesto Geisel, considerado um período de transição, marcado por uma abertura política “lenta, segura e gradual”. Ocorreu o enfrentamento aos grupos de linha-dura, mudanças nos comandos militares. Com a aprovação da Lei Falcão, são proibidos nos programas eleitorais, os debates e a apresentação de propostas e, principalmente críticas ao regime. Segundo Gaspari (2002 apud LEITÃO, 2011, p.164),

De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974, o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair.

A “lenta, segura e gradual” abertura política é concretizada, o AI-5 é revogado, interrompe-se a censura e decretando a anistia aos presos políticos entre os anos de 1978 a 1979. No processo de sucessão presidencial, assume o general João Baptista Figueiredo dando continuidade no processo de abertura política.

4 A TRAJETÓRIA DA CENSURA NO BRASIL

A censura se faz presente no Brasil desde o período em que o país ainda era colônia, os mesmos instrumentos utilizados para controlar a informação na metrópole eram utilizados aqui. “Para evitar que a população colonizada tivesse acesso a ideias libertárias e hereges, Portugal mantinha os mesmos critérios de controle sobre a circulação de livros praticados por diferentes instâncias da metrópole.” (LEITÃO, 2011, p.99) O Brasil precisaria que as instâncias da Inquisição, o Ordinário (Bispo) e a Mesa do Desembargo do Paço (órgão do poder régio) liberassem os processos para a circulação de livros. Martino e Sapaterra (2006, p.236),

Em 5 de abril [de] 1768, instituída pelo Marquês de Pombal, a Real mesa censória unifica o sistema censório anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. A intenção de Pombal era secularizar a censura, para atender as necessidades do Estado. Então, o Rei nomeava censores, que eram eclesiásticos e funcionários leigos. Cabia a Real mesa censória fiscalizar a impressão e a circulação de livros no Reino e também aqueles vindos de outros lugares, pois nenhum material impresso deveria entrar na colônia sem antes ser submetido à vistoria dos censores régios.

Em 1808 com a vinda da família real, D. João criou a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes e instituições de ensino. Após a criação da Imprensa Régia, surgiu o primeiro jornal no país, que foi “A Gazeta do Rio de Janeiro”. Leitão (2011, p.107) aponta que, D. João conservou a tensão entre a censura e a divulgação do pensamento, da crítica e da reflexão, porque o imperador também instituiu mecanismos de controle para toda produção cultural colonial.

A censura Régia foi instituída ainda no ano de 1808, onde os censores régios deveriam verificar papéis, documentos e livros que nenhum tipo de informação que atentasse a moral e aos bons costumes, ao governo e a religião entrassem na colônia.

De acordo com Martino e Sapaterra (2006, p.237),

Foram proibidas em Portugal e em suas colônias as obras das seguintes categorias:

- 1) os livros de autores ateus,
- 2) os de autores protestantes que combatessem o poder espiritual do Papa e dos bispos ou atacassem os artigos da Fé Católica,
- 3) os que negassem a obediência ao Papa,
- 4) os livros de feitiçaria, quiromancia, magia e astrologia,
- 5) os que, apoiados num falso fervor religioso, levassem à superstição ou fanatismo,
- 6) os livros obscenos,
- 7) os infamatórios,
- 8) os que contivessem "sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil e desprezando os justos e prudentes dictames dos direitos divinos, natural e das gentes, ou permitem ao Soberano tudo contra o bem comum do vassalo, ou vão na outra extremidade fomentar a abominável seita dos sacrilégios monarcomacos...que tudo concedem ao Povo contra as sagradas e invioláveis pessoas dos Príncipes,

- 9) os que utilizam os textos das Sagradas Escrituras em sentido diferente do usado pela Igreja,
- 10) dos autores que misturassem artigos de fé com os de mera disciplina,
- 11) os que impugnassem os Direitos, Leis, Costumes, Privilégios etc da Coroa e dos Vassallos,
- 12) as obras "dos pervertidos filósofos destes últimos tempos...",
- 13) os livros publicados na Holanda e na Suíça atribuídos a advogados do Parlamento da França e que tratavam da separação entre o "Sacerdócio e o Império,"
- 14) todas as obras de autores jesuítas baseadas na "autoridade extrínseca da razão particular,"
- 15) os livros "compostos para o Ensino das Escolas Menores que forem contrários ao sistema estabelecido por lei anterior.

Após a independência, a responsabilidade sobre a censura ficou a cargo da Intendência Geral de polícia, onde a censura passou a abranger até os eventos que já estavam em cartaz. Como afirma Leitão, (2011,p.113),

Apesar da promulgação da Independência, em 1822, o país continuou monárquico e, embora passasse a se preocupar com uma imagem de liberdade de pensamento e expressão, atribuiu à Intendência Geral de Polícia a responsabilidade sobre a censura para espetáculos que já estivessem em cartaz.

Mesmo com tantos cuidados com relação à censura, as obras proibidas acabavam chegando ao Brasil através de contrabando. Tentava-se de diversas formas burlar o aparato censório, para que essas obras chegassem aos leitores. Só o fato dessas obras serem censuradas, acabava gerando uma curiosidade acerca de seu conteúdo, independente do período histórico em que os indivíduos estão inseridos. Vieira (2010, p.16), afirma que, os livros que circulavam na colônia chegavam de forma clandestina, em meio a mercadorias ou bagagens pessoais.

Em 23 de dezembro de 1889, o decreto 85A, cria a primeira lei de imprensa republicana, onde uma junta militar poderia processar e julgar sumariamente abusos da manifestação do pensamento. Conforme aponta Carneiro (2002, p.174),

Temeroso da reação monárquica, o Governo Provisório baixou [...] o primeiro decreto de censura do país, que atingiu diretamente a imprensa. O documento não vinha com meias palavras. Ele radicalizava na polarização do regime recém-instalado, contrapondo a república à anarquia, em texto intimidador, cujo tom primava justamente pelo propósito que combatia no discurso, isto é: explorar o medo.

Este decreto ganhou o apelido de decreto rolha e foi reforçado e ampliado pelo decreto 295 de 29 de março de 1890. Esses decretos estabelecendo censura à imprensa foram revogados em 22 de novembro de 1890 pelo decreto 1069.

A Família Real foi embora e a censura continuou, na República Velha como afirma Vieira (2007 apud KUSHNIR, p.85),

Encontram – se referências a uma “censura oficial brasileira”, durante a chamada “República Velha”, a partir de 1900, quando o Serviço Policial do Distrito Federal, de acordo com as normas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Decreto nº 3.610, de 14 de abril de 1900), designou ser de responsabilidade dos delegados de circunscrição.

Inspecionar as associações públicas de divertimento e recreio, os teatros e espetáculos públicos de qualquer espécie, não só quanto à ordem e moralidade como também com relação à segurança dos espectadores

A repressão foi agravada durante o Estado Novo, “o governo de Getúlio Vargas contribuiu para que a cultura de censura no país se tornasse ainda mais fortalecida e praticada por diferentes instâncias oficiais, aumentando ainda mais os obstáculos à impressão e circulação de livros” (LEITÃO, 2011, p.141). A partir de novembro de 1937 Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu inimigos políticos.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi criado em 1939 e as atribuições desse departamento eram basicamente duas, promover as ações do governo, ajudando a criar no país um sentimento nacionalista e de unidade nacional e censurar a produção cultural nas mais diversas áreas – teatro, cinema, literatura e principalmente nos órgãos de imprensa.

“O DIP transformou-se numa verdadeira máquina de sonhos, reafirmando o mito do salvador na figura de Getúlio Vargas, apresentado como “o pai dos pobres” capaz de “ver, antever e prever” e até castigar se preciso” (CARNEIRO, 1997, p.26). Vale ressaltar que, vive-se no período a Segunda Guerra Mundial, “o que impunha a Getúlio Vargas uma tomada de decisões com base e sustentada por uma orientação política externa” (LEITÃO, 2011, p.142-143). E é nesse contexto que são criados o Instituto Nacional do Livro – INL e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, um influenciava no processo de disseminação dos livros no país e o outro manter o controle dos meios de comunicação.

Durante a transição dos governos, o Brasil foi governado por vários presidentes, no entanto, “não houve qualquer determinação oficial que promovesse alguma transformação favorável do cenário de direito à liberdade de expressão” (LEITÃO, 2011, p.158).

No término do governo de Juscelino Kubitschek, “em 1961, os primeiros censores foram nomeados para exercer suas atividades junto ao Departamento de Polícia Federal. Com isso, houve uma confusão de poderes porque os órgãos estaduais não tinham mais a necessidade de exercer a censura” Lopes (2007 apud LEITÃO, 2011, p.160).

Durante o governo de Jânio Quadros, o presidente concedeu aos Estados o direito de exercer a censura. Isso simultaneamente à legislação que, desde 1946, dava à Polícia Federal a responsabilidade de realizar a censura prévia. Mas tarde com a sua renúncia, assume a presidência João Goulart que teve seu governo marcado por uma crescente agitação política, sendo deposto pelos militares dando início ao regime militar.

“Com a chegada da ditadura militar em 1964, trouxe de volta os exageros da censura”. (VIANA, 2006, p.2) A censura aos meios de informação e a produção cultural, estavam sob vigilância dos censores do governo. Com o objetivo de passar uma imagem de que tudo estava na mais perfeita ordem, sendo que por baixo dessa total harmonia, jornais eram calados e obrigados a publicarem desde poesias até receitas culinárias.

5 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E CENSURA

Este capítulo apresenta uma fundamentação nos seguintes temas: a memória e o esquecimento, a censura dividida entre publicações impressas, bibliotecas e também os profissionais bibliotecários.

5.1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Por meio da memória podemos reconstruir os acontecimentos do passado. Durante os regimes autoritários percebe-se uma grande perda no campo do conhecimento. A perda e a destruição de documentos provocam um vácuo na memória social de uma nação. “A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado” (RIBEIRO, 2004, p.1).

No que tange a memória desenvolvida acerca do período militar destaca-se uma dimensão política da censura do momento. Para que o país pudesse seguir em frente buscando reconstruir a democracia era necessário uma reorganização da memória e do silêncio da sociedade em afinidade com o passado.

Halbwachs (1991) aponta que a,

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém.

As lembranças que os indivíduos têm, não são exclusivamente deles, mas, do ambiente em que estão inseridos. Pois, a memória auxilia na reconstrução dos fatos, conduzindo ao não esquecimento.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais de tamanhos diferentes (POLLAK, 1989, p.7). Com a produção de novas informações, evoca-se o passado trazendo consigo ressignificações para o presente. “A principal função da memória é a garantia de um sentimento de pertencimento e da coesão interna de determinado grupo, reforçando as fronteiras socioculturais entre ele e os outros” (POLLAK, 1989, p.1).

O ato de censurar a informação e o conhecimento que dela pode ser gerado é uma forma de intolerância e controle. Tal fato gera rupturas e traumas em memórias individuais ou coletivas. De acordo com Le Goff (1990, p.477), a memória é um elemento essencial do que

se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

A memória manipula os fatos de acordo com o desejo e o interesse responsabilizando os militares acerca da ditadura e ocultando a participação da sociedade civil para o desenvolvimento do regime militar.

“O esquecimento, os silêncios e os não ditos podem ser formas de ocultar o que não quer ser revelado” (KALINOSKI, 2011, p.84). Os artifícios utilizados pela censura com o objetivo de funcionar como uma barreira entre a memória do passado e a do presente, para que os fatos ocorridos no passado não viessem à tona. É importante que haja uma busca pela recuperação das memórias censuradas ou esquecidas para que as mesmas possam ser conhecidas pela sociedade.

5.2 A CENSURA

Desde a antiguidade, a censura vem sendo utilizada como um instrumento para a repressão, como objetivo de impedir na difusão das ideias ou qualquer forma de manifestação contra o regime vigente. O governo utilizava argumentos para justificar o uso da censura, dentre eles a preservação da família de mensagens que contrariam os conteúdos éticos do Estado, visando construir uma imagem positiva da nação.

O uso da censura sempre esteve presente na sociedade, independente da época o objetivo é quase sempre o mesmo. Conforme a Enciclopédia Mirador Internacional (1987 apud CHAFFE, 2009, p.23),

A censura é o controle exercido por autoridade civil ou religiosa, a publicação, distribuição ou leitura de livros, com a finalidade de impedir a divulgação de críticas ou idéias contrárias aos interesses de tais poderes, ou capazes em seu julgamento de perturbar a vida moral, social, política ou religiosa da comunidade (*sic*).

Durante a Idade Média, tanto a produção quanto a propagação das ideias sofreram com as sanções impostas pela Igreja Católica, através da Inquisição com perseguições, torturas e mortes. Nesse período houve a criação do Índice de Livros Proibidos, com as seguintes temáticas: os heréticos, os imorais e os de magia. Autores considerados hereges como Boccaccio, Rabelais, Erasmo e Maquiavel. Muitos livros foram queimados nesse momento histórico.

O período da instauração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foi considerado a “linha dura”, no qual o governo tinha um poder mais intenso sobre a imprensa. Neste

momento era dever da imprensa “informar” a população sobre os acontecimentos no país, apresentando sempre um país que avançava. Durante esse período o governo, exerceu de forma plena seus poderes, impondo censura não só a imprensa, mas em todos os meios de comunicação. “Neste período, a censura é exercida de forma déspota e seu foco passa a ser totalmente político-ideológico” (AQUINO, 1999 apud SAMWAYS, 2008, p. 4). Em relação à aplicação da censura na imprensa de maneira mais rigorosa após o ano de 1968, Maria Aparecida de Aquino (1999, p.205) em sua obra nos diz,

É de conhecimento público que ações repressivas foram cometidas pelo governo contra a imprensa e contra jornalistas entre 1964 e 1968. Assim ocorreu com Hélio Fernandes [jornalista], que teve seus direitos políticos cassados durante dez anos e, por críticas ao ex-presidente Castelo Branco, quando da sua morte em 1967, foi aprisionado na Ilha de Fernando de Noronha. Porém, o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968 data da edição do AI-5.

Com a edição do AI-5 ocorreu um período de grande turbulência no país, com prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos, deu-se início a censura prévia, onde diversos veículos de comunicação sofreram a intervenção do Estado.

Kushnir (2004, p.108), apresenta um manual distribuído no mesmo dia à imprensa do Rio de Janeiro que informava o que podia e o que não podia ser feito,

1. Objetivos da Censura

- a) Obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da democracia;
- b) Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer intranquilidade ao povo em geral;

2. Normas

- a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
 - Propiciar o incitamento à luta de classes;
 - Desmoralizar o governo e as instituições;
 - Veicular críticas aos atos institucionais;
 - Veicular críticas aos atos complementares;
 - Comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil;
 - Veicular declarações, opiniões ou citações de cassados ou seus porta-vozes;
 - Estabelecer desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da república ou a opinião pública;
 - Veicular notícias estudantis de natureza política;
 - Veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.

4. Prescrições diversas

- a) A infração das normas do nº3 implica a aplicação das sanções previstas em lei;
- b) Os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa;
- c) As presentes instruções entram em vigor no ato do recebimento, revogando-se as disposições em contrário.

Ass.: General de Brigada César Montagna de Souza

Essas normas enviadas pelo governo que deveriam ser seguidas tinha como base a Lei de Imprensa, nº 5.250 de 09/02/1967, Samways (2008, p.6), destaca o que dizia em seu 1º artigo que,

(...) é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

Continua no parágrafo 2 º.:

(...) o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitas à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela mídia.

Vale lembrar que no dia seguinte à edição do ato, o Jornal do Brasil (1968) inicia um novo estilo em sua previsão do tempo: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.38° em Brasília. Min.5° nas Laranjeiras”.

Sabe-se que o governo se apresentou como defensor da moral e dos bons costumes, não permitindo que notícias ou programas supostamente impróprios fossem veiculados. Na verdade a preocupação existente por trás da censura era mais política do que social.

No Brasil foram utilizadas duas formas de censura contra a imprensa: a censura prévia, que é o direito que tem o governo de exercer vigilância sobre a publicação de livros ou periódicos, assim como da encenação de peças teatrais, fora da intervenção dos tribunais e a autocensura, que era o controle antecipado das informações. Conforme as afirmações da autora Anne-Marie Smith (2000, p. 95),

(...) dois tipos de censura contra a imprensa foram praticados pelo regime no Brasil. Um foi chamado Censura Prévia, o outro, Autocensura. Ambos eram enganadores. As duas formas de censura tinham algumas características em comum. Ambas eram ilegais e ocultas do público tanto quanto possível.

Samways (2008, p.10) destaca que atitudes utilizadas como solução para os espaços vazios nas publicações foram repreendidas pela Polícia Federal, que proibiu as substituições impróprias. Tentou-se criar uma imagem positiva, retirando e tornando ilegítimo o inimigo e seu discurso, sendo necessário desenvolvimento de meios que reprimiam, espionavam, censuravam, retirando todos àqueles que lutaram contra os atos arbitrários dos militares. A sociedade brasileira vivenciou o autoritarismo, a censura, deixando na lembrança de muitos as marcas de um tempo que não deve ser esquecido, mas ser de conhecimento e compreendido por todos.

5.2.1 CENSURA A LIVROS E PERIÓDICOS

A Censura à imprensa foi uma das bases para a repressão, tendo por objetivo impedir qualquer forma de manifestação contra o regime. Como já citado anteriormente, a utilização da censura prévia, onde o governo exerce o direito de vigiar a publicação de livros ou periódicos, assim como manifestações artísticas, longe da intervenção dos tribunais e a autocensura, que era o controle antecipado das informações.

De 1968 a 1978, o AI-5 esteve em vigor, onde todos os veículos de comunicação eram inspecionados por agentes autorizados. O órgão responsável por censurar os meios de comunicação era o Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL, que seguia orientações do Serviço Nacional de Informações – SNI e do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, que tinha por objetivo vetar qualquer tipo de notícias ou manifestações artísticas como, música, livros, jornais e cinema. A responsabilidade de divulgar relatórios contendo análises de documentos informando se o conteúdo era proibido ou não, era do Departamento de Censura e Diversões Públicas – DCDP.

“Em 1970, o decreto-lei n. 1.077, primeiro instrumento legislativo, após a implantação da ditadura, que possibilitou a efetivação da censura prévia de publicações que abordavam temas relacionados à moralidade e aos costumes” (MARCELINO, 2009, p.40).

O que marcou a censura a livros no Brasil foi à falta de critérios específicos para o ato censório aos mesmos, pois, eram feitas de forma confusa e arbitrária, utilizando-se os meios de fiscalizações policiais inesperadas, além de apreensões e força física.

Os livros, em sua maioria foram censurados ou tiveram sua publicação e veiculação vetadas. Dentre os livros, escritores e editoras, que mais sofreram com a censura foram “Feliz Ano Novo de Rubem Fonseca; Zero de Ignácio de Loyola Brandão; Dez histórias Imorais de Aguinaldo Silva; Em Camara Lenta de Renato Tapajós; Mister Curitiba de Dalton Trevisan; O Mundo do Socialismo de Caio Prado Júnior; A Verdadeira Estória de um Assassino, Os Padres também Amam, Carniça de Adelaide Carraro; Copacabana Posto 6, Volúpia do Pecado, Nicoleta Ninfeta de Cassandra Rios; O Casamento de Nelson Rodrigues; Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira; Editorial Vitória ligada ao Partido Comunista Brasileiro” (*Ver anexo A*), (MARCELINO, 2009, p.89-154). Como aponta Reimão (2011, p.23) e Gaspari (p.225),

Também ocorrido no período entre 1964 e 1968, não se pode deixar de mencionar outro episódio de terrorismo cultural de direita dirigido ao mundo editorial: a série de ações do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que “organizou pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queimou livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro”. Lacerda foi, segundo Elio Gaspari, “o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional”.

Para as publicações periódicas a situação era mais complicada, pois, os cortes no texto deixavam espaços vazios que devido ao curto espaço de tempo não tinham como ser preenchidos, causando prejuízos para editoras, livrarias e jornalistas. Os periódicos que sofreram censura foram O Jornal do Brasil; Correio da Manhã; O Estado de São Paulo; Tribuna da Imprensa e a Revista Veja. (*Ver anexo B*).

Em detrimento, da censura à imprensa surgiu a imprensa alternativa, tendo com maior destaque os periódicos O Pasquim e Opinião. Ventura (apud REIMÃO, p.28) e Gaspari (apud REIMÃO, p.28), apontam que,

No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do ai-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura, “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”.

A censura à imprensa, durante os dez anos de vigência do ai-5, faz com que este seja “o mais prolongado período de censura da história do Brasil independente”

Nos anos finais do Ato Institucional nº5, aos poucos a presença dos censores já não se fazia mais necessária nas redações, pois, o controle passou a ser entre as autoridades e as empresas de comunicação de forma informal. No dia 13 de outubro de 1978, através da Emenda Constitucional nº 11, era revogado o AI-5 em 1 de janeiro de 1979.

5.2.2 CENSURA ÀS BIBLIOTECAS

Desde os primórdios, as bibliotecas foram alvo de perseguição, por serem lugares que detêm e disseminam o conhecimento. Sendo assim o ato de censurar, como aponta Leitão (2010, p.34):

Visa interferir na divulgação das ideias de um autor, às vezes impedindo a publicação, outras vezes, a circulação e venda dos livros, outras ainda a guarda em bibliotecas privadas ou públicas, proibindo o acesso dos leitores. Assim, a censura resulta em um jogo de forças entre o poder político e o poder abstrato das palavras, das ideias e dos textos escritos.

Os governantes da época propagavam o ideal de uma nação justa e livre de qualquer arbitrariedade. Porém, suas atitudes andavam na contra mão, pois, o que se via era uma forma coercitiva de cercear o conhecimento e a liberdade de expressão. O poder exercido pelo Estado, como pelas diversas instituições, foi o de controlar o saber e as variadas formas de suprimir o conhecimento. De acordo com Foucault (2009, p.8),

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre suporte institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, e claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, ora os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo atribuído.

Vale lembrar que a existência de força e de poder sempre esteve presente, com o objetivo de acabar com a memória de uma sociedade. Durante o regime militar, as bibliotecas universitárias foram as mais perseguidas. Profissionais bibliotecários corriam o risco para conseguir preservar seus acervos. Chaffe (2009, p.25) nos diz que,

As bibliotecas universitárias costumam deter o conhecimento produzido no país, e por esse motivo são o alvo preferencial de governos autoritários, já que o que é novo, desconhecido, causa medo e desconfiança, pois é a partir do conhecimento que abrimos as portas para transformação humana e social.

Em uma entrevista do Professor Antônio Agenor Briquet de Lemos a Leitão (2011, p.181), ele reafirma que os bibliotecários da Universidade de Brasília tinham a preocupação de esconder livros, que em outro momento, poderiam voltar a circular. Outra afirmação é de que houve invasão na biblioteca da Universidade de Brasília e de que não havia determinação para que obras fossem retiradas de circulação, pois, com a censura prévia o livro na maioria das vezes nem chegava a ser publicado.

As bibliotecas não foram o alvo principal do governo no período de 1967 a 1970. A preocupação dos militares estava ligada às publicações de um modo geral. Podemos citar alguns temas que foram censurados: política, obras impressas em Portugal, em 1974 e que tratavam temas relacionados ao comunismo, golpe de 64 e feminismo.

No que tange a postura dos bibliotecários frente às imposições do regime, Chaffe (2009, p.28), aponta que,

De certa forma, houve uma resistência por parte de alguns bibliotecários, porém a maioria não teve alternativas, além de aceitar as imposições dos militares, já que as consequências que poderiam advir de uma desobediência poderiam ser desde as mais brandas (repreensões) até as mais extremas.

Muitas bibliotecas, em especial as universitárias sofreram e correram risco para que seus acervos fossem preservados, alguns profissionais também tiveram essa postura para burlar a ação censória. Dessa forma, grande parte das bibliotecas e de seus profissionais não teve alternativa a não ser acatar as ordens determinadas pelo governo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise bibliográfica e as considerações feitas a partir deste ponto, foi possível observar que a censura sempre esteve presente em nossa realidade, seja ela de forma direta ou indireta. Pode ser constatado que a justificativa do uso da censura, mesmo utilizando-se do argumento de defesa da moral, dos bons costumes e de manter a segurança nacional, foi exercida de acordo com os interesses do governo, que tentava gerar uma imagem positiva para si próprio. A sociedade brasileira vivenciou o autoritarismo, a censura, produzindo uma memória um tempo que não deve ser esquecido, mas é importante ser de conhecimento e compreendido por todos. Constatou-se também que, a censura a livros e periódicos é prejudicial à produção do conhecimento.

Vários veículos de informação não tiveram condições de se manterem financeiramente, devido à impossibilidade de circularem com um alto número de matérias cortadas ou vetadas, não tendo tempo para serem substituídas e não tendo condições de ir às bancas com tantos espaços vazios, além de edições inteiras chegarem às bancas e livrarias e serem vetadas ou apreendidas, o que causava prejuízos.

Com a edição do AI-5 ocorreu um período de grande turbulência no país, através do controle da informação, onde diversos canais de disseminação do conhecimento como as bibliotecas, editoras etc. sofreram a intervenção do Estado.

Durante o regime ditatorial foram utilizadas duas formas de censura, a prévia e a autocensura. Pelas observações, podemos ver que a censura nas bibliotecas e nas publicações, nada mais são do que maneiras de mostrar a postura político-ideológicas do governo. As táticas de violência utilizada pelo regime autoritário servem para esclarecer de que forma a nação encarou esse momento marcado pela repressão, tortura e vetos e a maneira encontrada por escritores, jornalistas, editores e bibliotecários para romper as barreiras impostas pela censura.

Dessa forma, reconhecer e estudar a censura desse período é altamente relevante, pois o esquecimento de nosso passado não pode se sobressair em relação à nossa memória, a reconstrução dessa memória é de suma importância para a formação de uma sociedade com um maior conhecimento de sua história, suas ideias e de si mesma.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**, O Estado de São Paulo e Movimento, Bauru, SP: Edusc, 1999.

BÁEZ, Fernando. **A história universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BIBLIOO: cultura informacional. Rio de Janeiro: Biblío Publicações, v.30, n.1, mar. 2014. Disponível em: < <http://biblío.info/livroseideias01/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Caio Prado Júnior**. Rio de Janeiro: FBN, 2008. Disponível em: < <http://www.bn.br/site/pages/visitavirtual/caioprado/pubsocialismo.htm>> Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250compilado.htm> Acesso em: 14 abr. 2014.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22708/000740394.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 maio. 2014.

COTTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13815/000651661.pdf?sequence=1>> Acesso em: 19 abr. 2014.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Disponível em: < http://teses.ufrj.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf> Acesso em: 18 maio. 2014.

ENCICLOPÉDIA **Mirador Internacional**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2004>> Acesso em: 04 abr. 2014.

FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 5., 2006, Curitiba. **Ousadia, censura ou**

esperteza: música brasileira sob o AI-5. Curitiba: Embap, 2007. Disponível em: <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/dimas_vieira.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

FOUCAULT, M.A. **A ordem do discurso:** aula inaugural na collège de France. São Paulo: Loyola, 2005.

FREITAS, Guilherme. Censura a livros no Brasil deixou herança autoritária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/03/22/censura-livros-na-ditadura-deixou-heranca-autoritaria-528431.asp>> Acesso em: 24 nov. 2014.

GARBIN, Raíssa Oliveira. **Os livros e a censura durante o regime militar:** uma análise de três obras de destaque a respeito do tema. Brasília, DF: UNB, 2013. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/6106/1/2013_RaissaOliveiraGarbin.pdf> Acesso em: 11 abr. 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1989.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In **Revista de administração de empresas**, v.35, n.2, mar. 1995, p. 57-63.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Fragmentos de la memoria colectiva.** México: UNAM, 1991.

JEUDY, Henry Pierre. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KALINOSKI, Sandra de Fátima. **As cicatrizes da censura:** memória, melancolia e fragmentação na ficção brasileira pós-64. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/20.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar.** São Paulo: Interciência, 2010.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar.** São Paulo: Interciência, 2011.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos:** censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil: do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, n. XXXV, p.234-243, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MARTINS, Miller. Ação censória no regime militar. **Biblioo: cultura informacional**, Rio de Janeiro, abr. 2012. Disponível em: <<http://biblioo.info/acao-censoria-no-regime-militar/>> Acesso em: 09 abr. 2014.

MARTINS, Miller. Um país sem memória. **Biblioo: cultura informacional**. Rio de Janeiro: Biblioo Publicações, v.30, n.1, mar. 2014. Disponível em: <<http://biblioo.info/livroseideias01/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo: USP, v.1, n.3, jul. 1996. Disponível em: <http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acesso em: 19 abr. 2014.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/416>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 18 maio. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 18 maio. 2014.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1995.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Edusp, 2011.

REIMÃO, Sandra. Proíbo a publicação e circulação: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 28, n. 80, p.75-90, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008>. Acesso em: 15 nov. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a**

ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VEJA. São Paulo: Abril, set. 2008. Disponível em: <
http://veja.abril.com.br/especiais/veja_40anos/index.html>. Acesso em: 15 out. 2014.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. **Memória e contemporaneidade:** as tecnologias da informação como construção histórica. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>> Acesso em: 09 abr. 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. In: Encontro Estadual de História, 9., 2008, Rio Grande do Sul. **Vestígios do passado: a história e suas fontes**. Rio Grande do Sul: UFPR, 2008. Disponível em: <
<http://eeh2008.anpuh->

rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimprensaeabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. História política e ditadura militar. **Revista Territórios e Fronteiras**. Mato Grosso, v. 1, n. 1, p.154-166, jan/jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras;/index.php/v03n02/article/view/9/9>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/7941/5586>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Ditadura militar, “terrorismo cultural” e censura a livros.

Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.35, n.2, p.445-448, jul./dez.2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n2/23.pdf>>. Acesso em: 25 abr.2014.

VENTURA, Zuenir. **1968:** o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

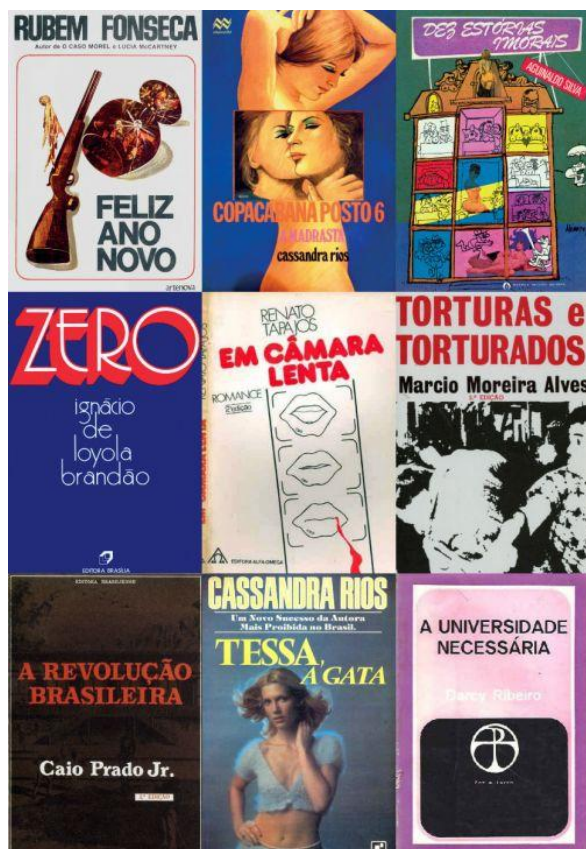
VIANA, Ruth. **A luta pela liberdade de expressão na mídia hegemônica:** mídia impressa; mídia sonora e mídia audiovisual. Maranhão: UFMS, 2006. Disponível em: <

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/A%20luta%20pela%20liberdade%20de%20expressao%20na%20midia%20hegemonica.doc>.> Acesso em: 5 out. 2014.

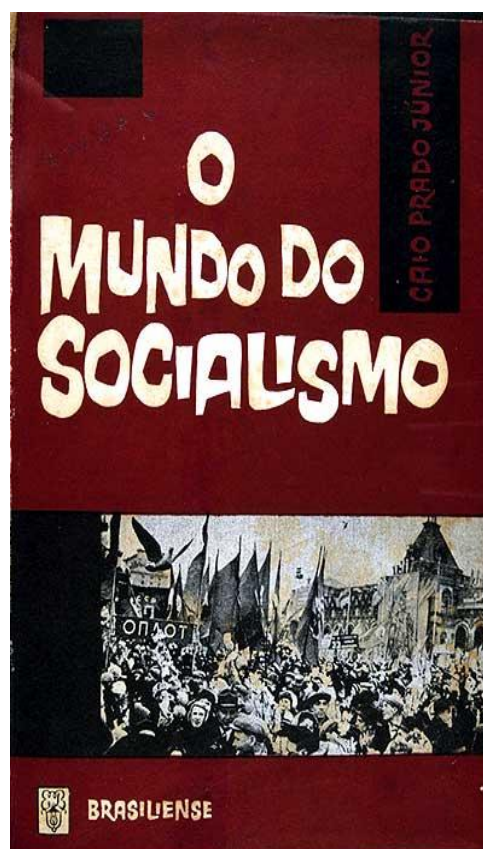
VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo:** a divisão de censura e de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979). Brasília: UNB, 2010.

WASSERMAN, Claudia. O império da segurança nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ANEXO A – CAPAS DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES CENSURADAS




Fonte: *Jornal O Globo*.




Fonte: *Biblioteca Nacional*.

ANEXO B – MATÉRIA VETADA NA REVISTA VEJA



O Diablo, como o vêem orientais e hindus



Espera-se que este sr. desapareça

MEIA PALAVRA BASTA

Acima, figuras diabólicas usadas por VEJA para substituir trechos cortados pela censura. Ao lado, laudas do texto sobre a morte do estilista Zuzu Angel, crítica do regime militar. O censor vetou tantas linhas que inviabilizou a notícia, mas esqueceu-se do título: "MEMÓRIA Zuzu Angel (1921-1976)", que foi publicado sozinho (veja na página ao lado) para sinalizar a arbitrariedade

...Mas, se nos últimos dias há notícias contrárias a essa tendência de algumas empresas locais.

Com o tempo, é possível que questionem essas atitudes pelas empresas com mais de 100 funcionários, claramente dedicadas para a obra de Mandato do Trabalho com o Portaria 5.460, de dezembro passado. Segundo um texto, a Comissão Inter-Sindicato de Defesa do Trabalho (CIPAT) dessas empresas deverá contar com médicos e especialistas de segurança, recrutados entre os 30.000 profissionais intensivamente formados nos últimos meses. Por sua vez, as CIPATs terão o reforço adicional dos 3.000 fideles sindicais iniciados em se- gurança pela Lei do Funcionário.

"O operário que sofre um acidente é geralmente desprezado pela empresa, alguns meses depois, afirma doutor da Síntese Análise, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica — a vítima, de preferência, de uma firma que há poucos anos des- cobriu suas entranhas contra os brancos. Para Análise, o caso situa a criação de uma norma que garanta ao acidentado o direito à estabilidade na própria em- presa.

Trata-se de um sonho distante. Até agora, a vítima recebe, além de evan- gelizantes indenizações, apenas um pouco por redução da capacidade de trabalho, fixado pela INPS através de perícia médica de percentagem. Em 1977, o mandato de amparo do Francisco Di- ciano, hoje com 65 anos, perdeu uma falange do dedo médio da mão direita ao escalar um telhado de ferro. A princípio, a INPS atribuiu ao aciden- tado 45% "de incapacidade", e, depois, um percentual de 75% cronológico. Mas, após uma junta médica comprovou que o acidente causou em Di Ciano "hipertensão de grau médio da força muscular na mão esquerda". A percentagem de incapacidade subiu para 50%. E agora Di Ciano espera receber um prêmio que as normas permitem ao sobrevivente.

MEMÓRIA
Zuzu Angel
(1921-1976)

Webster: corrigindo estatísticas

Crônicas metacronas — Foi enquanto as empresas com mais de 100 funcio- nários — responsáveis por mais de metade dos acidentes graves — têm sido punidas pelas inovações legais. Afinal, indagam os leitores, como estabelecer estatísticas para firmas que ignoram qual- quer vestígio de organização jurídica? O pedreiro Dado Francisco Gomes, por exemplo, é o pai de seis pessoas que topou um e um todo de dimensões de pedras — e, portanto, o dono também de uma pequena empresa. Mas todos se expõem desobedientemente ao risco de acidentes, perigosos apenas para a própria agitação. Será "liberal" estudar a eles a sua organização de equipamentos de segurança?

Com os seus interrogatórios, talvez or- gane abstrair também essas pequenas grutas da realidade dos perigosos atos. E, enquanto isso, especular a deficiência logística de empresa nos acidentes, as perigosas críticas aos trabalhadores.

As sementes que esta árvore já espalhou, há muito dão bons frutos a este país.

Essas sementes você encontra em qualquer banco de revista... Tudo o que acontece dentro das suas páginas sempre foi muito importante para a vida do Brasil. Mas, poucas pessoas sabem disso. E, por isso, elas não tinham sido a priori conhecidas. Mas, em 1977, um grupo de pesquisadores, a vida de Francisco, a vida de um brasileiro, a exploração da sua história.

Por isso, todas elas com mais ou menos, em forma de estatísticas, 300.000.000 de brasileiros já estão lendo essas sementes.

São duas as razões do sucesso das estatísticas da revista: a primeira é que o nome está em uma linguagem simples de entender. A segunda é que, talvez alguém que tenha lido a cultura acessível para todos. Por o que a Abril faz.

Uma árvorezinha para cada gota.

Nas páginas da revista, uma árvorezinha para cada gota de água. Na primeira página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na segunda página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na terceira página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na quarta página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na quinta página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na sexta página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na sétima página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na oitava página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na nona página, há uma árvorezinha para cada gota de água. Na décima página, há uma árvorezinha para cada gota de água.

Fonte: Revista Veja.